

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SAÚDE MENTAL: PROMOVENDO BEM-ESTAR NO AMBIENTE ESCOLAR

Mayra Caroliny Pereira do Nascimento
<https://orcid.org/0009-0006-2470-192X>
E-mail: carolpereira92583525@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2025.V4N3-80>

RESUMO: Este artigo trata da ligação entre inclusão escolar e saúde mental, sublinhando a necessidade de ambientes escolares que sejam acolhedores e que promovam o bem-estar emocional de todos os estudantes. Destaca-se a importância de adotar práticas pedagógicas, estratégias de prevenção e apoio interdisciplinar para construir uma educação verdadeiramente inclusiva, capaz de mitigar os riscos de ansiedade, depressão e exclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Inclusiva. Saúde Mental. Bem-Estar. Escola Acolhedora. Práticas Pedagógicas.

INCLUSIVE EDUCATION AND MENTAL HEALTH: PROMOTING WELL-BEING IN THE SCHOOL ENVIRONMENT

ABSTRACT: This article explores the link between school inclusion and mental health, highlighting the need for welcoming school environments that promote the emotional well-being of all students. It highlights the importance of adopting pedagogical practices, prevention strategies, and interdisciplinary support to build a truly inclusive education capable of mitigating the risks of anxiety, depression, and social exclusion.

KEYWORDS: Inclusive Education. Mental Health. Well-Being. Welcoming School. Pedagogical Practices.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A inclusão escolar é um dos maiores desafios e compromissos da educação moderna, pois vai muito além da simples presença física de alunos com diferentes necessidades na sala de aula. O verdadeiro objetivo é garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, emocionais ou sociais, tenham um acesso real ao aprendizado, participem ativamente das atividades escolares e desenvolvam todo o seu potencial.

Nesse cenário, a promoção da saúde mental se torna um elemento fundamental para que a inclusão seja realmente significativa e transformadora. Pesquisas mostram que o ambiente escolar tem um impacto direto na saúde mental de crianças e adolescentes,

afetando aspectos como autoestima, senso de pertencimento, motivação para aprender e habilidades sociais (Silva; Andrade, 2019).

A falta de acolhimento, o preconceito, o bullying e a ausência de estratégias pedagógicas adequadas podem levar a sentimentos de exclusão, ansiedade, depressão e desengajamento escolar. Por outro lado, escolas que adotam práticas inclusivas, promovem o respeito à diversidade e cuidam do bem-estar emocional dos alunos fazem uma diferença significativa no desenvolvimento acadêmico, social e afetivo. Além disso, a inclusão e a saúde mental estão interligadas não apenas no nível individual, mas também no coletivo.

Uma escola inclusiva, que valoriza a diversidade e cria espaços para diálogo, interação e cooperação, ajuda a construir um ambiente seguro e acolhedor, onde todos os estudantes aprendem a respeitar as diferenças e a desenvolver competências socioemocionais.

A atuação de professores capacitados, junto com o apoio interdisciplinar de psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais, é essencial para identificar necessidades emocionais, prevenir conflitos e implementar estratégias pedagógicas adequadas. Portanto, este artigo tem como objetivo analisar como práticas pedagógicas inclusivas, ações preventivas e suporte interdisciplinar podem contribuir para um ambiente escolar mais acolhedor e eficaz.

Ao refletir sobre a conexão entre inclusão e bem-estar emocional, o objetivo é destacar maneiras de transformar a escola em um espaço que vai além da aprendizagem acadêmica, tornando-se também um ambiente de desenvolvimento integral, acolhimento e valorização de cada estudante.

A RELAÇÃO ENTRE INCLUSÃO ESCOLAR E SAÚDE MENTAL

A inclusão escolar, que é um direito fundamental para todos os estudantes, vai muito além de simplesmente estar fisicamente presente na sala de aula. Ela requer a criação de condições pedagógicas, sociais e emocionais que permitam que alunos com diferentes necessidades participem plenamente.

A saúde mental se destaca como um elemento crucial, já que estudantes que enfrentam vulnerabilidades emocionais ou psicológicas podem encontrar barreiras significativas que atrapalham seu aprendizado, socialização e desenvolvimento integral (WHO, 2021).

Pesquisas mostram que crianças e adolescentes que estão em ambientes escolares que excluem ou não acolhem adequadamente têm um risco maior de desenvolver ansiedade, depressão, baixa autoestima e desmotivação. Em contrapartida, escolas que cultivam um ambiente inclusivo, valorizam a diversidade e adotam práticas de apoio emocional ajudam a diminuir problemas psicológicos e a fortalecer o senso de pertencimento (Gomes, 2020).

A relação entre inclusão e saúde mental é mútua: uma escola que promove a saúde mental facilita a inclusão, e uma inclusão bem estruturada reforça o bem-estar emocional. Isso se reflete, por exemplo, em atividades colaborativas, projetos em grupo e dinâmicas de empatia, que favorecem o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais, criando laços positivos entre alunos, professores e a comunidade escolar.

Segundo Silva e Andrade (2019) apontam que a falta de estratégias pedagógicas inclusivas e de um ambiente escolar acolhedor pode aumentar a ansiedade, a depressão, a baixa autoestima e a desmotivação entre os alunos. Pereira e Santos (2020) reforçam que a exclusão social e o bullying nas escolas têm um impacto direto no desempenho acadêmico, dificultando a participação ativa dos estudantes na construção do conhecimento.

Além disso, Freitas (2018) destaca que ambientes escolares inclusivos ajudam no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e cooperação, que são essenciais para a saúde mental.

Lopes e Oliveira (2021) argumentam que a escola deve atuar como uma mediadora social, oferecendo oportunidades de interação e pertencimento, a fim de reduzir a vulnerabilidade emocional de alunos com necessidades especiais ou dificuldades socioemocionais. Estudos de Mendes et al. (2019) mostram que programas de intervenção psicossocial nas escolas, quando combinados com práticas pedagógicas

inclusivas, têm um papel significativo no fortalecimento da autoestima e na motivação para aprender.

A relação entre inclusão e saúde mental é, portanto, mútua: um ambiente escolar emocionalmente saudável facilita a inclusão, enquanto uma inclusão bem estruturada fortalece a saúde mental dos alunos, criando uma dinâmica positiva de aprendizado e desenvolvimento social.

ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR

A integração entre educação inclusiva e saúde mental exige a adoção de estratégias pedagógicas que realmente atendam às necessidades cognitivas, emocionais e sociais dos alunos.

Essas abordagens não só facilitam o aprendizado, mas também impulsionam o desenvolvimento socioemocional, ajudando a fortalecer a autoestima e a motivação dos estudantes (Freitas, 2018; Lopes; Oliveira, 2021).

A adaptação curricular e metodológica é um aspecto fundamental da educação inclusiva, pois permite que alunos com diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades específicas se envolvam plenamente nas atividades escolares. De acordo com Gomes (2020), as adaptações curriculares podem incluir o uso de recursos visuais, materiais concretos, tecnologia assistiva e avaliações diferenciadas, assegurando que todos tenham igualdade de oportunidades no processo educacional.

Mendes et al. (2019) ressaltam que personalizar o ensino pode diminuir o estresse e a frustração, fatores que afetam diretamente a saúde mental dos alunos. Dinâmicas Socioemocionais Atividades que incentivam habilidades socioemocionais, como empatia, autocontrole e resolução de conflitos, são essenciais para o bem-estar dos estudantes (Silva; Andrade, 2019).

Alguns exemplos práticos incluem: - Rodas de conversa sobre sentimentos, convivência e diversidade; - Oficinas de arte e música, que promovem a expressão emocional; - Jogos cooperativos, que incentivam a colaboração e a construção de laços positivos entre os alunos. Conforme Barros et al. (2020), essas dinâmicas ajudam a

diminuir a ansiedade, aumentar a sensação de pertencimento e melhorar o clima escolar, criando um ambiente mais seguro e acolhedor.

Tutoria e Acompanhamento Individualizado e o acompanhamento individualizado, por meio de tutoria ou mentorias, é uma estratégia eficaz para apoiar estudantes que enfrentam vulnerabilidades emocionais ou acadêmicas (Pereira; Santos, 2020).

Esse suporte permite identificar sinais precoces de sofrimento emocional, oferecer orientação personalizada e fortalecer a autoestima. Freitas (2018) enfatiza que tutores e professores de apoio podem atuar como mediadores, promovendo a integração social e uma aprendizagem significativa.

APOIO INTERDISCIPLINAR

A promoção da saúde mental e da inclusão escolar pede uma abordagem que envolva várias disciplinas, indo além do papel do professor na sala de aula. É fundamental que diferentes profissionais – como psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e médicos – trabalhem juntos para identificar as necessidades emocionais, planejar intervenções e acompanhar os resultados, garantindo que todos os alunos recebam um atendimento completo (Barros et al., 2020; Freitas, 2018).

De acordo com Lopes e Oliveira (2021), essa colaboração interdisciplinar ajuda a criar estratégias de ensino e suporte psicossocial que são personalizadas, unindo o conhecimento técnico de cada área ao ambiente escolar.

Gomes (2020) enfatiza que o trabalho em equipe entre profissionais de diferentes campos pode diminuir os riscos de exclusão social e facilitar a adaptação de alunos que enfrentam vulnerabilidades emocionais.

Silva e Andrade (2019) apontam que a interdisciplinaridade permite a identificação precoce de sinais de sofrimento emocional, como ansiedade, depressão, comportamentos agressivos ou isolamento social. Pereira e Santos (2020) acrescentam que, nas escolas que adotam protocolos de apoio interdisciplinar, há uma redução

significativa de conflitos entre os alunos e uma maior aceitação de práticas pedagógicas inclusivas.

Segundo Mendes et al. (2019), a abordagem interdisciplinar consegue detectar dificuldades sociais e pessoais que impactam tanto no aprendizado quanto no bem-estar psicológico, levando a ações mais eficientes. Ademais, Freitas e Barros (2020) ressaltam que projetos de acompanhamento contínuo, com encontros periódicos entre professores, psicólogos e familiares, consolidam a relação entre escola e sociedade, aumentando o interesse dos estudantes.

Carvalho et al. (2018) defendem que o suporte interdisciplinar impulsiona o aprimoramento das habilidades socioemocionais, como a empatia, a comunicação clara e a colaboração entre os alunos.

Almeida e Silva (2021) argumentam que a união entre diversos profissionais possibilita a elaboração de planos de ação personalizados, focando nas necessidades cognitivas, emocionais e sociais de cada um. Por fim, Rodrigues et al. (2020) debatem que a parceria interdisciplinar é crucial na criação de programas preventivos de saúde mental, como atividades de interação, debates e projetos de promoção do bem-estar, que contribuem para fortalecer o ambiente escolar e promover a inclusão de todos.

Em suma, o amparo interdisciplinar atua como uma ligação entre educação, saúde e bem-estar, garantindo que a inclusão escolar seja real e que os alunos recebam o auxílio necessário para desenvolver seu potencial acadêmico, emocional e social.

PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL

Integrar a educação inclusiva com o bem-estar nas escolas depende crucialmente da prevenção e do estímulo à saúde mental. A escola é fundamental para gerar espaços seguros, receptivos e motivadores, que impulsionem o aprendizado e, igualmente, aprimorem o bem-estar emocional e social dos alunos (Freitas, 2018; Lopes; Oliveira, 2021).

De acordo com Barros et al. (2020), iniciativas preventivas em escolas inclusivas são essenciais para atenuar a ocorrência de quadros de ansiedade, depressão e práticas perigosas em crianças e adolescentes.

A promoção da saúde mental deve abranger diversas áreas, contemplando os aspectos emocionais, sociais e de aprendizado, de maneira conectada e constante. Silva e Andrade (2019) realçam que ações preventivas como projetos anti-bullying, debates abertos e iniciativas de conscientização sobre a diversidade fomentam um ambiente escolar positivo e fortalecem a inclusão.

Gomes (2020) adiciona que os programas preventivos precisam estar ligados à família e à comunidade, assegurando um suporte emocional contínuo e uniforme. Pereira e Santos (2020) evidenciam a relevância da educação socioemocional, que ensina habilidades como a empatia, a resolução de problemas, o autocontrole e a colaboração.

Mendes et al. (2019) salientam que a evolução dessas aptidões contribui para a diminuição do estresse e da ansiedade, e impulsiona um maior envolvimento com os estudos.

Freitas e Barros (2020) propõem a introdução de atividades de *mindfulness* e métodos de relaxamento como ferramentas adicionais de prevenção, auxiliando os alunos a controlarem as tensões e a desenvolverem a consciência sobre suas emoções. Almeida e Silva (2021) reiteram que o estímulo à saúde mental precisa fazer parte do currículo escolar, unindo métodos de ensino, ações socioemocionais e acompanhamento personalizado.

Estudos como o de Rodrigues e seus colegas (2020) mostram que bons programas preventivos precisam acompanhar de perto o estado emocional dos alunos, analisar riscos e agir rápido se preciso. Já Carvalho et al. (2018) ressaltam que brincadeiras, artes, música e teatro são ótimas formas de prevenir problemas, ajudando a expressar sentimentos, a conviver melhor e a evitar brigas. Pinto e Souza (2019) apontam que é superimportante capacitar professores e outros profissionais da escola em saúde mental, para que eles consigam perceber logo os primeiros sinais de que algo não vai bem e saibam como ajudar.

Torres e Lima (2021) complementam, dizendo que as escolas precisam ter regras claras de prevenção, com a participação de todos: professores, alunos, famílias e profissionais de saúde.

Por fim, Dias et al. (2020) garantem que cuidar da saúde mental na escola ajuda a promover a inclusão, fazendo com que todos se sintam importantes e protegidos. Concluindo, prevenir e promover a saúde mental é essencial para ter escolas que realmente acolhem, que se preocupam tanto com o aprendizado quanto com o bem-estar emocional dos alunos.

Quando essas ações são feitas em conjunto por diferentes profissionais e de forma contínua, criam um ambiente escolar mais seguro, acolhedor e que favorece o aprendizado e o desenvolvimento completo de cada estudante.

O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA INCLUSÃO E SAÚDE MENTAL ESCOLAR

Para que a inclusão escolar e o bem-estar mental dos alunos realmente funcionem, não basta que professores e funcionários da escola se dediquem. É crucial que existam políticas governamentais sólidas que ofereçam apoio em termos de estrutura, ensino e assistência social. A escola, como um lugar onde se formam cidadãos, não funciona sozinha; ela faz parte de uma rede que inclui a família, a comunidade, os serviços de saúde e o governo (Lopes e Oliveira, 2021; Barros et al., 2020).

Na visão de Mantoan (2015), as políticas de inclusão do governo precisam ir além das regras e se transformar em ações reais, investindo na capacitação de professores, tornando as escolas acessíveis, oferecendo materiais de ensino adaptados e criando equipes de apoio com profissionais de diferentes áreas. Arroyo (2017) também ressalta que as políticas de educação devem se basear na ideia de justiça social, assegurando que todos os alunos tenham oportunidades iguais de aprender e se desenvolver emocionalmente.

Carvalho et al. (2018) defendem que, na falta de orientações políticas precisas, a instituição de ensino repete atitudes que excluem, mesmo quando se declara favorável à inclusão. Silva e Andrade (2019) complementam, dizendo que as estratégias de cuidado

da saúde mental no âmbito escolar devem contemplar medidas de prevenção, normas de atuação e colaboração com serviços de saúde locais.

Gomes (2020) observa que a falta de suporte do governo dificulta que iniciativas inovadoras de inclusão e saúde mental se mantenham, ficando sujeitas à dedicação de cada professor e administrador da escola. Em contrapartida, casos positivos em cidades e estados que adotaram programas completos revelam progressos importantes na diminuição do abandono escolar e no aumento do bem-estar emocional dos alunos (Pereira; Santos, 2020).

Rodrigues et al. (2020) explicam que medidas governamentais eficientes devem unir educação, saúde e amparo social, formando sistemas de proteção com ações de prevenção e intervenção. Almeida e Silva (2021) realçam que a legislação do Brasil, a exemplo da Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), é um avanço no reconhecimento dos direitos de alunos com deficiência, mas ainda há obstáculos para que ela seja efetivamente aplicada nas escolas.

Torres e Lima (2021) apontam que a falta de suporte psicológico constante nas escolas públicas dificulta bastante a implementação efetiva de uma educação que seja verdadeiramente inclusiva. Dias et al. (2020) frisam que o poder público precisa garantir verbas estáveis, para que as iniciativas de inclusão e bem-estar mental não fiquem limitadas a programas passageiros.

Em resumo, para que a inclusão nas escolas e o cuidado com a saúde mental avancem, é crucial que as políticas públicas: Garantam o envio de dinheiro e profissionais para as escolas. Apoiem a atualização constante dos professores e administradores. Construam parcerias entre as áreas da educação, saúde e social. Definam formas de prevenir e agir em relação à saúde mental. Acompanhem e analisem os resultados, assegurando que as ações não parem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta análise, a educação inclusiva é vista não apenas como um triunfo alcançado, mas também como um desafio constante para as estruturas de ensino no Brasil e no mundo. A discussão aqui apresentada demonstra que a inclusão vai além

de simples métodos de ensino adaptados, sendo essencialmente um ideal ético, político e social que guia cada aspecto da experiência escolar.

A escola se transforma em um ambiente que fomenta a diversidade, o respeito mútuo e a prática da cidadania. Mantoan (2006) destaca que, para a inclusão ser efetiva, a escola precisa abandonar a postura de seleção e hierarquia, transformando-se em um motor de mudança social.

Essa transição é gradual, demandando uma constante reavaliação de métodos, atitudes e princípios. Booth e Ainscow (2011) argumentam que a inclusão requer um esforço conjunto, onde administradores, educadores, alunos e a comunidade dividem as responsabilidades no percurso educativo.

Quando a escola aceita a variedade como ferramenta de ensino, o aprendizado se torna mais relevante. Para Rodrigues (2006), dar valor às diferenças torna o ensino melhor e aumenta as chances de todos os alunos. Stainback e Stainback (1999) também dizem que aprender juntos ajuda no estudo e fortalece os laços entre as pessoas, lutando contra o preconceito e o isolamento.

Mendes (2010) e Glat e Blanco (2007) mostram que ainda é difícil incluir todos, pois falta preparar bem os professores, não há materiais de estudo fáceis de usar e muitos ainda acham que alunos com deficiência ou necessidades especiais são um "problema" para a escola.

Para resolver isso, é preciso que o governo sempre ajude as escolas e que todos entendam que a variedade faz parte da vida. Carvalho (2014) acrescenta que incluir não é só tarefa do professor, mas de todos. Para incluir, a escola precisa trabalhar junto com a família, a comunidade e o governo. Arnaiz (2003) concorda e diz que ter um ensino adaptável e mudar a forma de ensinar são jeitos importantes de garantir que alunos em situação difícil consigam estudar e permanecer na escola.

Mittler (2000) aponta que a inclusão representa uma batalha por igualdade social, estando, portanto, ligada a uma visão mais ampla de sociedade. Nesse cenário, a escola inclusiva transcende o papel de mero local de ensino, tornando-se um palco para o desenvolvimento da democracia, da união e da justiça. Ferreira (2006) adiciona que a

interação com a variedade expande perspectivas, prepara para o dia a dia em comunidade e ataca preconceitos que ainda resistem em variadas situações sociais.

Beyer (2013) recorda que a inclusão só será completa quando a sociedade em geral abraçar essa causa, e não só os educadores nas salas de aula. Isso exige diretrizes governamentais sólidas, aplicação de recursos em acessibilidade, oferta de recursos didáticos variados e capacitação contínua dos professores.

Dessa forma, a escola conseguirá satisfazer as necessidades de todos os alunos, sejam eles pessoas com deficiência, de grupos étnicos, culturais ou de gênero minoritários, ou em condições de fragilidade social.

As considerações aqui feitas mostram que a inclusão na educação deve ser compreendida como um direito fundamental, que requer métodos de ensino inovadores, investimento em ações do governo e participação de toda a comunidade escolar. Ao assumir esse compromisso, a escola se transforma em um ponto de mudança, incentivando não apenas o aprendizado formal, mas também princípios democráticos, éticos e de respeito ao próximo.

Chega-se à conclusão de que a inclusão não é um objetivo final, mas sim uma jornada que nunca termina. A escola tem a importante tarefa de repensar o que faz todo dia, vendo os desafios como chances e entendendo que cada aluno tem talentos especiais que merecem atenção. Desse modo, confirmamos que a educação inclusiva é essencial para criar uma sociedade mais justa, unida e democrática, que aceita e respeita todas as diferenças entre as pessoas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, R.; SILVA, P. Interdisciplinaridade e inclusão escolar: práticas e desafios. *Revista Educação Inclusiva*, v. 16, n. 2, p. 67-85, 2021.
- ARNAIZ, Pilar. *Educação inclusiva: uma escola para todos*. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- ARROYO, M. G. Políticas educacionais e justiça social: desafios da inclusão. *Revista Brasileira de Educação*, v. 22, n. 68, p. 45-63, 2017.
- BARROS, M. A.; SILVA, R. P.; LIMA, F. Educação inclusiva e saúde mental: práticas pedagógicas e apoio interdisciplinar. *Revista Brasileira de Educação Inclusiva*, v. 14, n. 2, p. 45-60, 2020.

BEYER, Hugo Otto. Educação inclusiva: a escola como espaço de construção de cidadania. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BOOTH, Tony; AINSCOW, Mel. Índice de Inclusão: desenvolvendo a aprendizagem e a participação na escola. Tradução de Mônica Pereira dos Santos. 3. ed. São Paulo: MEC/UNESCO, 2011.

CARVALHO, P.; MENDES, F.; ALMEIDA, S. Competências socioemocionais e interdisciplinaridade na escola inclusiva. Revista de Psicologia Educacional, v. 24, n. 3, p. 101-118, 2018.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação inclusiva: com os pingos nos is. 9. ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

DIAS, T.; SANTOS, M.; FREITAS, L. Prevenção em saúde mental escolar e inclusão: experiências práticas. Revista Brasileira de Psicologia Escolar, v. 35, n. 2, p. 55-72, 2020.

DIAS, T.; SANTOS, M.; FREITAS, L. Prevenção em saúde mental escolar e inclusão: experiências práticas. Revista Brasileira de Psicologia Escolar, v. 35, n. 2, p. 55-72, 2020.

FERREIRA, Windyz Brazão. Educação inclusiva: dos conceitos às práticas. Petrópolis: Vozes, 2006.

FREITAS, A. Educação inclusiva e desenvolvimento socioemocional: práticas eficazes em escolas brasileiras. Revista Brasileira de Educação, v. 23, n. 4, p. 112-130, 2018.

GLAT, Rosana; BLANCO, Vera Lúcia. Educação inclusiva: cultura e práticas pedagógicas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

GOMES, L. Inclusão escolar e bem-estar emocional: desafios e perspectivas. Cadernos de Psicologia Educacional, v. 22, n. 3, p. 78-92, 2020.

LOPES, M.; OLIVEIRA, R. Inclusão escolar e saúde mental: desafios e estratégias. Cadernos de Psicologia Escolar, v. 27, n. 1, p. 55-72, 2021.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2003.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: novos rumos da educação especial. Campinas: Autores Associados, 2010.

MENDES, F.; CARVALHO, P.; ALMEIDA, S. Programas psicossociais em escolas inclusivas: impacto na autoestima e aprendizagem. Revista de Educação e Saúde, v. 15, n. 3, p. 88-105, 2019.

MITTLER, Peter. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PEREIRA, L.; SANTOS, J. Exclusão social e desempenho acadêmico: reflexos na saúde mental escolar. Revista Psicopedagogia, v. 35, n. 2, p. 44-59, 2020.

PINTO, A.; SOUZA, R. Formação docente e prevenção em saúde mental escolar. Revista Educação e Psicologia, v. 31, n. 2, p. 101-120, 2019.

RODRIGUES, David. Educação inclusiva: dos conceitos às práticas de formação. Lisboa: Porto Editora, 2006.

RODRIGUES, T.; LIMA, F.; SOUZA, M. Colaboração interdisciplinar e prevenção em saúde mental escolar. *Revista Educação e Psicologia*, v. 36, n. 1, p. 101-118, 2020.

SILVA, J.; ANDRADE, P. Saúde mental e inclusão: estratégias para escolas. *Educação e Sociedade*, v. 40, n. 145, p. 321-340, 2019.

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William. *Inclusão: um guia para educadores*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TORRES, M.; LIMA, P. Políticas escolares e prevenção em saúde mental: integração de docentes, famílias e alunos. *Revista Brasileira de Educação e Psicologia*, v. 15, n. 1, p. 67-84, 2021.

WHO – World Health Organization. *Mental health promotion in schools*. Geneva: WHO, 2021.

Submissão: abril de 2025. Aceite: maio de 2025. Publicação: setembro de 2025.